

Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

Nota de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/8204>

<https://doi.org/10.34628/GDFM-JW83>

Metadados

Data de Publicação	2024
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Política internacional, Ciência política
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 10 (Julho-Dezembro 2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T03:39:36Z com
informação proveniente do Repositório

Nota de Abertura

Ricardo Leite Pinto

Director da POLIS

E-mail: rlp@lis.ulsiada.pt

DOI: <https://doi.org/10.34628/GDFM-JW83>

A secção da POLIS dedicada aos **Artigos** reúne textos de proveniências científicas diversas, como vem sendo hábito nos últimos números da revista. Estão presentes ensaios que recorrem a utensílios, entre outros, do direito constitucional (Direitos e Deveres Fundamentais), da história política, da filosofia jurídico-política, do direito internacional público e da política externa.

Marlene Sophie Barros e Sílvia Maria Ribeiros discutem o tema das bases de dados de agressores sexuais, adoptada em muitos países, entre os quais Portugal. O estudo pretende contribuir para o debate em curso sobre a relevância, eficiência e eficácia deste tipo de base de dados, analisando aspetos como a duração da retenção de dados do agressor nestas bases de dados. Trata-se de questões que em primeira linha devem ser estudadas à luz dos direitos e deveres fundamentais consagrados nas Constituições e em concreto na lei fundamental portuguesa.

Paulo Ferreira da Cunha debruça-se sobre os fundamentos clássicos do Direito ponderando “alguns desafios que a contemporaneidade (e sobretudo nas suas tendências mais mediatizadas) tem de encarar, fazendo-o em diálogo com o pano de fundo do arsenal clássico – que vai do legado greco-romano à Revolução Francesa e sua posteridade, da criação epistémica do Direito à consolidação do Constitucionalismo moderno.

O ensaio de **Guilherme Oliveira Martins** sobre a História da Cultura Portuguesa e a exigência de um roteiro que percorra os seus pontos fundamentais, iniciado no número anterior da POLIS (II série n.º 9 1.º semestre de 2024) retoma o seu percurso com Fernão Lopes e a sua visão do fim da Idade Média portuguesa, discute a globalização criada pela Expansão portuguesa Quatrocentista e abre caminho à discussão do mito sebastianista e do Quinto Império.

Por seu lado **Edson Ricardo Saleme e Rita de Kassia de França Teodoro** discutem a responsabilidade por dano ambiental no quadro das actuais mudanças climáticas introduzindo o tema da seguinte forma: “As questões envolvendo a responsabilidade por dano ambiental para as atividades de significativo impacto ao meio ambiente, no Brasil, em regra, são pautadas pela teoria do risco integral, responsabilizando o agente pelas externalidades de sua atividade, em razão do desenvolvimento de atividade de alto risco. (...) Essa teoria, desenvolvida ainda na idade moderna, não tinha como mote as mudanças climáticas, que ocasionam alterações significativas na estrutura do meio ambiente, mudando as estruturas ambientais e sua possível transformação em

decorrência do aumento da temperatura. Assim, diante dessa ruptura, questiona-se como pautar-se a lógica de risco integral numa consequente externalidade futura desconhecida? (...) Empregando-se o método hipotético dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial pretende-se discutir a eventual ocorrência dessa teoria na hipótese vertente frente aos imprevisíveis riscos decorrentes das mudanças climáticas”

Se bem que em Portugal o voto electrónico (E-voting) não mereça permissão legal a verdade é que, têm sido realizadas várias experiências e simulações de voto electrónico, designadamente em 1997, 2001, 2004 e 2005. **Cristina Aragão Seia** com base nos dados disponíveis que resultaram das referidas experiências e em concreto considerando os dados disponibilizados pela Comissão Nacional das Eleições, sobrevoa, neste artigo, os desafios e as vantagens do E-voting na perspetiva da redução da abstenção quer em eleições europeias, quer legislativas quer locais.

Ainda na seção de Artigos **João Tavares** regressa ao pensamento de Franco Nogueira e em concreto ao seu entendimento sobre a Aliança Luso-Britânica procurando, como escreve, “evidenciar que, apesar da rutura política e ideológica efetuada na sequência do golpe de estado do 25 de Abril de 1974, a aliança permanece importante na política externa portuguesa, apesar da presença portuguesa na fundação da NATO e da adesão portuguesa à CEE, uma vez que a Aliança Luso-Britânica ainda não foi substituída, nem perdeu a validade, ou mesmo a relevância na política externa portuguesa.”

A concluir este espaço temático da revista, **Adérito Vicente** escreve sobre o impacto da vitória eleitoral de Donald Trump em 2024 em sede de Política Externa, discutindo o conceito de “transactional realism”. Sustenta tratar-se de “uma abordagem pragmática e orientada por interesses, que privilegia acordos bilaterais e ganhos relativos em detrimento das alianças tradicionais e dos compromissos multilaterais. Com base em estudos recentes e numa análise empírica de políticas, o artigo explora os contornos teóricos do realismo transaccional, a sua concretização nas administrações Trump e as implicações para a ordem global e para as relações externas dos Estados Unidos.”

Na secção Teses e Dissertações sujeitam-se à publicidade crítica o estudo de **Gabriel Eduardo Dias Maia** sobre a União Europeia e a ameaça terrorista e o ensaio de **Raquel Ferreira da Rocha** sobre “A responsabilidade de proteger no Direito Internacional Público” à luz da agressão

rusa à integridade territorial da Ucrânia .No primeiro caso resume o Autor:” O objectivo central desta investigação é explorar a dinâmica entre a segurança e a liberdade na UE, especialmente em contexto eleitoral, onde o medo e a percepção do risco podem eventualmente influenciar as políticas públicas. Assim, analisa, os ataques terroristas na UE de 2001 a 2021, utilizando para tal uma metodologia que inclui a revisão e análise dos relatórios TE-SAT (Terrorism Situation and Trend Report) e a quantificação das atividades terroristas nesse período. Já quanto à pesquisa em torno do princípio da responsabilidade de proteger discutido no contexto russo-ucraniano, sustenta a Autora: “esta dissertação propõe-se a enriquecer o debate académico sobre o tema, procura-se demonstrar, em um campo que se restringe muito a meios que implicam o uso da força, que existem múltiplas abordagens possíveis que vão além das respostas coercitivas militares”.

Na secção “**Observatório Eleitoral Internacional** “que procura divulgar parte do trabalho de investigação que se desenvolve no âmbito de um projecto de investigação com o mesmo nome, criado em 2021 no CE-JEIA/UL, estudam-se as recentes eleições nos EUA (presidenciais) em Taiwan (presidenciais), na Bélgica (parlamentares), na Coreia do Sul (parlamentares) e Roménia (parlamentares).

Colaboram nos referidos estudos: Eduardo Oliveira e Sousa, Cristina Aragão Seia, Maria Sousa Galito, Luís Marques Fernandes, Tiago André Lopes, José H. Lopes e Ricardo Leite Pinto.